

Pouco mais de 900 bovinos morreram nos últimos três anos na província de Manica, Centro do país, vítimas de theleriose, uma doença que tende a ser comum naquela região. O último surto foi descoberto nos finais do ano passado nos distritos de Manica, Sussundenga e Bárue, tendo gerado pânico entre os criadores, devido ao nível de letalidade.

Resultados do primeiro mês de monitoria da qualidade do ar na região do Grande Maputo apontam para níveis de oxigénio dentro dos parâmetros normais para a saúde pública. Segundo o Sistema de Monitoria da Qualidade de Ar (Air Quality Monitoring System – AQM), a capital moçambicana mostrou até momento, níveis abaixo de valores de alerta.



Periodicidade: Mensal | Edição VI | Ano II - FEVEREIRO 2024 | Director: William Mapote | www.revistaterra.co.mz

idaiis

Anos depois

5

**MARCAS DO DILÚVIO
PREVALECEM NA
VIDA DE MILHARES
DE AFECTADOS**

**PROMESSAS DA
CONFERÊNCIA DE
DOADORES SAEM À
CONTA-GOTAS**

**EDIL DA BEIRA DIZ
QUE POPULAÇÃO
ESTÁ AGORA MAIS
RESILIENTE**

PUB.

COMPRE TRACTORES

Novos
ou
Recondicionados
e Respectivas
Alfaias



**Para
Encomenda
Contacte-nos**

terramagazinemz@gmail.com



06. CINCO ANOS DEPOIS, MARCAS DO IDAI PREVALECEM EM SOFALA

11. MONITORIA APROVA QUALIDADE DE AR NA CIDADE DE MAPUTO

12. LANÇADA PLATAFORMA DE GESTÃO DE CONFLITOS DE TERRAS

14. RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA PREOCUPA AUTORIDADES

17. GRIPE GRIPE AVIÁRIA COM DIAS CONTADOS

19. USAID E SDC UNIDOS PELO CORREDOR DE NACALA

21. EMPRESAS CHINESAS ACUSADAS DE CRIME AMBIENTAL



www.revistaterra.co.mz



redacao@revistaterra.co.mz

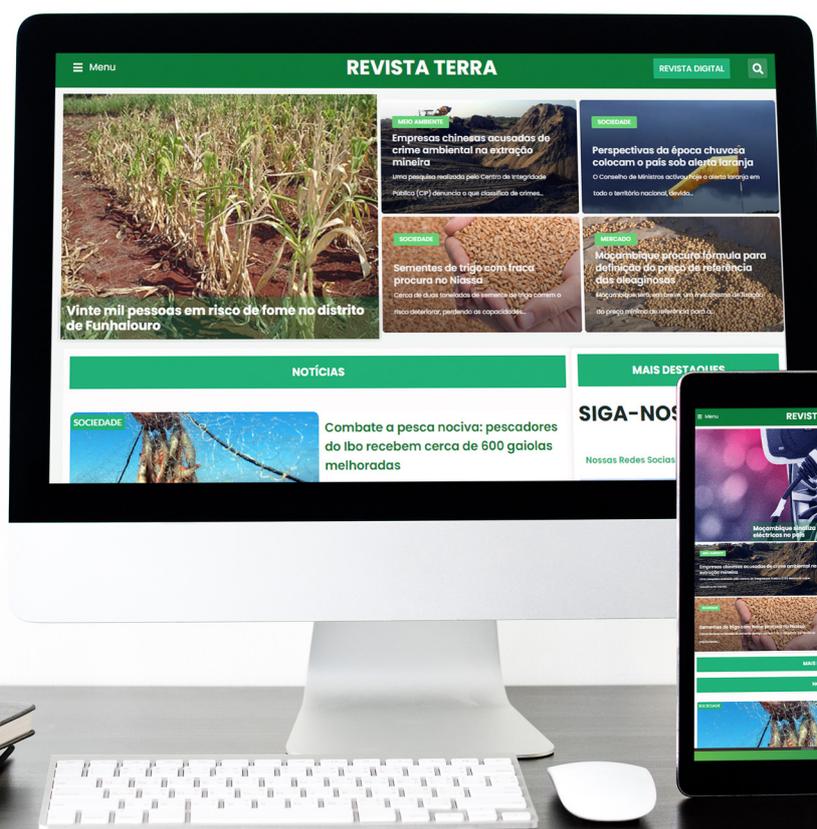


[@revistaterramz](https://twitter.com/revistaterramz)



[@revistaterra](https://facebook.com/revistaterra)

Aceda a nossa *plataforma* online através do *www.revistaterra.co.mz*



Ficha técnica

Propriedade

Terramedia Consultoria e
Serviços - SU

Publicação:



Revista Terra

Rua da Resistencia n.º
1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758,
+258863233900
+258821233910

Email: redacao@
revistaterra.co.mz

Registo sob n.º
122/GABINFO/
DEPC/210/2022

Editor

William Mapote

Redacção:

William Mapote
Julio Armino F.
Guilherme FM
Israel Falcão

Colaboradores permanentes:

Dayson Cossa
Arcelino S. Cumbi
Nordino Gabriel
Carma S.
Amade Camal
Adelino Buque

Revisor Linguístico:
AR&Servicos SU

Maquetização

Revista Terra
Flora Langa

Online/Webdesign
Rui Baltazar

Administração:
Narciso Filimão

website:

www.revistaterraonline.com
www.revistaterra.co.mz

Twitter:

@revistaterramz

Editorial

O que diremos em Baku

Dentro de nove meses o mundo volta a se reunir, desta vez em Baku (Azerbaijão), para mais uma conferência das nações sobre o clima, a COP 29.

Com base nos alertas dos cientistas, o relógio não pára e o tempo de acção, que há muito urge, para desacelerar o aquecimento global e aliviar o mundo dos severos impactos das mudanças climáticas, vai se tornando cada vez mais apertado, tendo em conta o trabalho que há por fazer.

Se na COP 28, o activismo para a narrativa ambiental tinha na ciência o seu aliado para tentar comover o sindicato da grande indústria a aceitar o fim das energias fósseis. Esta foi sinalizando com um acordo que, para bom e lúcido entendedor, ficou entre o sim e o não.

Festejou-se o *ni* do longo prazo, sem medidas concretas, ao estilo do quem viver verá, até mesmo porque, a ciência pode mudar de opinião.

Do que se acredita ter sido grande marco, com impacto imediato para os países mais vulneráveis às mudanças climáticas, que inclui o nosso país, da cartola de Dubai saiu o Fundo Global para Perdas e Danos.

Entre o valor já angariado (pouco mais de 400 milhões de dólares) e as necessidades que os países mais afectados têm

(dezenas de biliões), pressupondo que, apenas uma só a roleta vai determinar quem se vai beneficiar.

Mas o que diremos em Baku?

Os problemas ambientais estão identificados. As causas e as soluções também estão, mas continuam a esbarrar no mesmo problema: o financiamento.

No caso da compensação das perdas e danos, a esperança de mais contribuições ainda neste ano, parece cada vez mais escassa.

Os ciclos político-eleitorais nos países do Ocidente e as dinâmicas das guerras russo-ucraniano e israelo-palestiniano, vão ditando novas demandas e posicionamentos que podem deixar a agenda climática para trás, pelo menos no que ao financiamento diz respeito, fazendo com que chegados a Baku, pouco ou nada de concreto haja para mostrar de diferente.

Neste ciclo vicioso dos desafios e necessidades na narrativa ambiental, aos países do chamado Sul global nada mais resta, se não readaptar os seus compromissos, num alinhamento ao jeito de problemas locais, soluções locais.



William Mapote

E-mail: editor@revistaterra.co.mz



IDAÍ: CINCO ANOS DEPOIS

- Vítimas ainda aguardam pelas promessas de melhores dias

A noite de 14 a 15 de Março de 2019 fica marcada como um dos marcos que destapou o nível de vulnerabilidade do país face aos desastres naturais associados a factores climáticos. Com um rasto que resultou em mais de mil mortos e milhares de desalojados, quem vive para contar a história, vai reconstruindo a sua vida o quanto pode, mas muitos aguardam pelas promessas de casas melhoradas que tardam em chegar.

© picture-alliance/AP Photo

Da pequena casa construída de chapas de zinco, visivelmente cansadas, Verónica Almina, vê crescer a cada dia, uma nova esperança no seu quintal.

Uma casa melhorada, que está a ser erguida no âmbito do projecto de reconstrução pós-ciclone implementado pela organização UN-Habitat no bairro Mandruzi II, no município de Dondo.

"Fui atribuído este terreno em 2020 e hoje vejo com satisfação que a nova casa está a crescer. Estou ansiosa para ver concluída e, finalmente ter uma casa condigna" disse em conversa com a nossa reportagem.

Almina é uma das centenas de vítimas do ciclone IDAI que foi desalojada da Praia Nova, na cidade da Beira, e que encontrou em Dondo a nova morada.

Tal como centenas de concidadãos, desde o infortúnio do ciclone, Almina passou por alojamento em tendas e viveu parte considerável dos meses seguintes á mercê de apoios diversos, até ser atribuída um terreno onde aguarda a concretização da promessa de ter uma casa de alvenaria, resiliente a factores climáticos.

"Aqui estou satisfeita. Apesar da casa ainda não estar concluída, o que estou a ver me deixa feliz" disse.

O Mandruzi II é um bairro que cresce a olhos vistos. Apesar de ser uma zona com lençol freático bastante alto, surgem várias casas, algumas já habitadas, construídas com padrões consideradas adequadas para garantir resiliência a temporais e inundações.

Tal como Almina, centenas de famílias aguardam na longa fila de espera por casas melhoradas, prometidas no quadro dos apoios a reconstrução nas zonas de reassentamento.

A UN-Habitat, uma das organizações que apoia as vítimas do Idai, projecta a construção de 150 casas para igual número de famílias beneficiárias nos distritos de Nhamatanda, Buzi e Dondo.

Segundo dados recentes, do número previsto, 120 casas é que estão em construção, as restantes esperam por outra ocasião.

A directora adjunta da USAID esteve no local para ver o que está a acontecer e mostrou-se satisfeita com os resultados.



Isobel Coleman

Administradora Adjunta da USAID

USAID promete continuar apoio as vítimas do ciclone IDAI

A administradora adjunta da Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Isobel Coleman, e o Embaixador dos EUA, em Maputo, Peter Vrooman, visitaram recentemente, alguns projectos de assistência às vítimas do ciclone Idai.

De entre os projectos visitados, destaques vão para o programa de Reconstrução Resiliente da ONU-Habitat, financiado pelo tesouro americano, e de apoio ao desenvolvimento agrícola, implementado em parceria com a FAO, visando melhorar a produtividade e renda das famílias, através de práticas de agricultura resiliente. No final destacou o empenho das comunidades para mudarem a sua história.

"Vimos histórias positivas de resiliência e de crescimento económico que permitem que as comunidades possam melhor lidar com algumas das crises" sintetizou, deixando garantias de que "a USAID vai continuar a dar o seu apoio para os programas de reconstrução", em particular.



Uma das casas do projecto da UN Habitat em Mandruze II

“Estamos melhor preparados”

Em entrevista à Revista Terra, o edil da Beira, Albano Carige, deixou uma avaliação do estágio actual daquela que foi a cidade mais afectada pelo Idai. Segundo o edil a cidade da Beira e os seus habitantes estão hoje mais resilientes.



“Temos uma cidade resiliente e temos munícipes, também, resilientes porque, 2019 foi um teste muito grande. Ninguém contava. Estávamos habituados a ver aquela situação nos filmes e fomos testados, mas valeu a pena porque sentimos que estamos aqui para resistir as intempéries, e, sobretudo, temos que nos transformar, fazer dos grandes desafios em oportunidades de solução” avaliou.

Carige recordou o nível de destruição que aquele ciclone deixou ao nível das famílias e nas infraestruturas sociais e económicas da Beira, em particular que exigiram um grande desafio e empenho para em cinco anos, mudar a face de uma cidade que tinha “regredido 100 anos” e destacou o papel que os residentes tiveram no processo.

“Com o ciclone Idai as pessoas se esqueceram das cores políticas, da sua proveniência e todos queriam trabalhar. Queriam salvar e reerguer a Beira e cada um do seu lado vinha dando a sua mão dizendo, vamos para frente” explicou.

“Encontravas aquela população que não tinha nada a perguntar o que podemos fazer. Tínhamos durante o

dia cerca de 800 a mil pessoas para trabalhar de graça, recebendo apenas um pão e um leite. Aquela força toda mostrava que a intempérie passou mas as pessoas ficaram e estão com garra para fazer valer a sua veia de ser beirense” salientou o actual edil que, durante o Idai desempenhava a função de vereador de Construção e Urbanização.

“

Com o ciclone Idai as pessoas se esqueceram das cores políticas, da sua proveniência e todos queriam trabalhar. Queriam salvar e reerguer a Beira e cada um do seu lado vinha dando a sua mão dizendo, vamos para frente

Nova mentalidade

O presidente da segunda maior autarquia do país considera que para além de activar o espírito de solidariedade interna, os desafios que o ciclone Idai acabaram impondo uma mudança de mentalidade nos munícipes que permite garantir que em caso de outros eventos similares, a capacidade de resposta para minimizar os danos é agora melhor.

“A capacidade actual é muito forte. Me lembro um munícipe que (durante o ciclone) parou a janela e disse ‘estou a espera desse Idai quero ver, ainda não estou a ver’. Significa que a mente do munícipe mudou. Agora sabe o que deve fazer, como deve reagir, como deve estar, enquanto o ciclone não chegar”, assegurou.

“Com os nossos parceiros constituímos aquele plano que nos chamamos de my deadline time que estabelece o tempo necessário para que o evento chegue enquanto as pessoas já estão num lugar seguro. Isto também ajudou o munícipe a estar preparado para qualquer embate de extrema ou mínima intensidade, tendo em conta a experiência que já tivemos” destacou, garantindo que a capital de Sofala é hoje um exemplo

para o mundo.

“Hoje estamos aqui aptos para continuar a trabalhar e mostrar ao mundo, que qualquer fenómeno igual ao ciclone Idai, podem vir a Beira adquirir experiência”.

Financiamento a conta-gotas

No dia 31 de Maio, dois meses depois da devastação, a comunidade internacional se reunia na Conferência Internacional de Doadores, para angariar os fundos necessários para a reconstrução pós-ciclone, que incluía não só os danos do Idai, mas também do Kenneth, que assolara a zona Norte, um mês antes.

A conferência culminou com promessas na ordem de 1,2 mil milhões de dólares que, segundo o compromisso então dado, devia começar a ser canalizado a partir do mês seguinte (Junho), mas, desde então, muito continua por cumprir.

“A expectativa era de que veríamos logo as casas a serem reconstruídas como que de imediato e o empresariado a receber apoio para reerguer os seus negócios mas, até hoje, as coisas ainda estão a conta-gotas” disse o edil.

“Tivemos de nos reinventarmos e fazer entender as pessoas para que

não esperem que ninguém faça algo por elas, mas tenham de fazer por si próprias e, quando a ajuda chegar, vai adicionar naquilo que nós fazemos”.

Carige criticou a actuação do Gabinete para a Reconstrução que, segundo realçou, “não se fez sentir”.

“Só agora é que está a se fazer sentir. Estamos a falar de quatro anos depois. Todos aqueles projectos que eram considerados como sendo de emergência só agora é que estão a começar a ter resultados. Isto também foi um desafio e fez com que nos reinventássemos”.

Neste momento Carige está mais optimista com o futuro do processo de reconstrução que já tem sinais positivos a vista.

“Estamos satisfeitos porque uma das grandes promessas, que era de avançar com o projecto de protecção costeira, já tem o concurso público lançado (no dia 19 de Janeiro). Também temos o projecto de valas de drenagem e a reconstrução das casas que já está no processo de levantamento para a correcção dos dados que tinham sido feitos há quatro anos, de modo a garantir que os fundos sejam aplicados de acordo com as necessidades actuais e reais” concluiu.

“
A expectativa era de que veríamos logo as casas a serem reconstruídas como que de imediato e o empresariado a receber apoio para reerguer os seus negócios mas, até hoje, as coisas ainda estão a conta-gotas”



Edil da Beira conversando com uma equipa de técnicos numa rua recém reconstruída



Se é **Agro** ou **Ambiental**

Somos seu parceiro de
comunicação

Contacte-nos

comercial@revistaterra.co.mz

www.revistaterra.co.mz

+258 863233900



TABELA DE PUBLICIDADE

TABELA DE PREÇOS DA REVISTA DIGITAL

ESPAÇO	CUSTO
Página inteira	10.200Mt + IVA
Meia página	5.300Mt + IVA
Rodapé	3.500Mt + IVA
Meio do rodapé	1.750Mt + IVA

TABELA DE ASSINATURA

SUBSCRIÇÃO	C. UNITÁRIO
Assinatura Anual	1.800,00Mt + IVA
Assinatura Semestral	900,00Mt + IVA
Assinatura Trimestral	450,00Mt + IVA

TABELA DE PREÇOS DO ONLINE

Formato	DIMENSÕES	CPM (Campanha por Site) Mensal
Billboard	1200 X 250 Px	7.000,00Mt + IVA
Skycraper	120 X 600 Px	5.000,00Mt + IVA
Square	250 X 250 Px	3.000,00Mt + IVA



Conflitos de Terras passam a ser geridos por via de plataforma electrónica



Segurança na posse da terra continua um desafio no país

O Ministério da Terra e Ambiente (MTA) lançou, recentemente, uma plataforma electrónica para dar maior celeridade ao processo de gestão e resolução de conflitos de terra.

Trata-se de um sistema que, segundo a ministra da Terra e Ambiente, Ivete Maibaze, vai regular e responder em tempo, toda a cadeia de problemas que têm sido encontrados na gestão, acesso e posse à terra, reduzindo a pressão aos tribunais judiciais que vinham sendo os campos por onde se dirimiam as contendas.

“A demanda no que concerne a pedidos de terras para o exercício de diversas actividades sócio-económicas e a implementação dos programas de regularização massiva das ocupações adquiridas por via de normas e práticas costumeiras e de boa-fé, impõem ao sector, um grande desafio para responder, em tempo útil, às preocupações associadas a protecção dos direitos das co-

munidades, dos grupos vulneráveis, a equidade de género no acesso a terra entre outras” explicou a ministra, durante o seu discurso de ocasião, no lançamento da plataforma.

Segundo dados oficiais, nos ‘últimos três anos (2022 – 2024), foram registados 191 conflitos de terra, alguns envolvendo comunidades e investidores, tendo sido “resolvidos 127 e em tramitação 64”.

Para a ministra a pressão sobre a terra demanda das autoridades maior celeridade na resolução de conflitos, a organização dos processo de regularização, registo de questões relacionadas com a ocupação, uso e aproveitamento, tendo deixado uma promessa de que com a nova plataforma, “dependendo do tipo de conflito e do grau da complexidade” a resposta deverá ser dada “num prazo de até 15 dias úteis”.

“

A demanda no que concerne a pedidos de terras para o exercício de actividades sócio-económicas e a implementação dos programas de regularização massiva das ocupações adquiridas por via de normas e práticas costumeiras e de boa-fé, impõem ao sector, um grande desafio para responder



Resistência antimicrobiana faz soar alarmes no sector da pecuária

Com a indústria e negócio envolvendo a actividade pecuária em crescimento, há cada vez mais uso desenfreado e desregrado de antibióticos que provocam resistência antimicrobiana para algumas doenças que afectam os animais, com susceptibilidade de transferir o problema para a saúde humana.

A Direcção Nacional para o Desenvolvimento da Pecuária (DNDP) vai propor reformas na legislação sobre o uso de medicamentos antimicrobianos no sector da veterinária, em particular, onde o uso excessivo ou descontrolado, tem gerado situações de resistência antimicrobiana na produção pecuária.

As reformas em vista, que incluem para além da revisão legislativa, a adopção de uma estratégia nacional de resistência antimicrobiana, enquadram-se no âmbito da preparação e fortalecimento da capacidade nacional para enfrentar eventuais emergências sanitárias, no quadro da agenda global de segurança sanitária.

“Existe um conjunto de acções que o país deve fazer para estar preparado para responder a eventuais emergências sanitárias e, uma das preocupações que se têm hoje, é a resistência antimicrobiana que tem a ver com o uso de medicamentos” explicou Zacarias Massicame, chefe do Departamento de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças, ao nível da DNDP.

Nesta terça-feira, a DNDP esteve reunida com representantes de criadores de gado e provedores de insumos, num seminário de partilha de resultados de uma consultoria sobre a avaliação do quadro jurídico e institucional relativo ao uso de Antimicrobianos e Resistência Antimicrobiana no país.

De acordo com o estudo, o quadro legal que cobre questões como o acesso, uso, distribuição e descarte de medicamentos de uso veterinário apresenta lacunas que precisam ser sanadas de modo a fazer com que o país esteja melhor preparado para melhor controlar a resistência antimicrobiana.

“Temos alguns avanços mas, também, temos muito trabalho a fazer porque os instrumentos não cobrem todas as áreas. Apresentam lacunas que devem ser cobertas de novas legislações ou de instrumentos normativos que permitam melhor regular esta actividade” explicou.

Monitoria das rações

Outra preocupação da autoridade Veterinária está relacionado com o uso indevido de medicamentos nas rações como promotores de crescimento em parte como

medida que os criadores usam para cobrir o deficiente programa de manejo nas explorações pecuárias.

De acordo com informações oficiais, o regime das rações continua a ser regulado por parâmetros definidos pela Portaria de 1975, onde o frango de corte tinha como período de mínimo de criação, 60 dias, que continua a ser aplicado numa época em que o frango é colocado ao mercado já com 30 dias, o que obriga a necessidade de reajuste.

“É preciso refinarmos os nossos instrumentos para evitar que sejam usados medicamentos como medida de promoção de crescimento com deficiência de manejo. Os instrumentos a serem aprovados serão alinhados com a proposta da Lei de sanidade e outros instrumentos internacionais sobre a matéria incorporados no nosso ordenamento jurídico no domínio de veterinária e pecuária”, frisou aquele responsável.



“

É preciso refinarmos os nossos instrumentos para evitar que sejam usados medicamentos como medida de promoção de crescimento com deficiência de manejo



A **Moz Timber** é uma empresa que oferece soluções de madeira, amigas do ambiente, ecológicas e saudáveis.

A **Moz Timber** fornece parquet de micruse da primeira qualidade; Faz montagem, afagamento, envernização e manutenção do parquet; e Fornece decks para piscinas, esquadilha completas, portas para pequenas e grandes obras.

845458292 | 872854640

VISÃO | VISION

Moz Timber Consulting & Services pretende ser uma referência nacional, regional e internacional no fornecimento de produtos madeireiros que agreguem valores no desenho e construção de obras públicas e privadas.

Moz Timber Consulting & Services intends to be a national, regional and international reference in the supply of wood products that add value in the design and construction of public and private works.

MISSÃO | MISSION

Fornecer produtos madeireiros de alta qualidade visando satisfazer as necessidades e expectativas de clientes na construção das suas habitações e outro tipo de obras públicas e privadas; Prestar serviços de assessoria e pesquisa em assuntos ligados a exploração sustentável dos recursos florestais.

Supply high quality wood products in order to satisfy the needs and expectations of customers in the construction of their homes and other types of public and private works; Provide advisory and research services on matters related to the sustainable exploitation of forest resources.



Moçambique projecta declarar-se livre da gripe aviária até Abril

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) poderá declarar, dentro de dois meses, o país como livre da gripe aviária (também conhecida por Influenza Aviária) na sequência da ausência de novos casos detectados nos últimos meses.

Depois da descoberta, em Outubro do ano passado, de casos numa unidade de produção avícola no distrito de Morrumbene, província de Inhambane, em poedeiras importadas da vizinha África do Sul, a Direcção Nacional de Desenvolvimento da Pecuária determinou algumas medidas de restrição para lidar com a situação que, segundo aquela instituição, já está controlada.

“A situação da gripe aviária no país já está sob controle. O foco registado na província de Inhambane, depois da unidade ter estado em quarentena, iniciamos, há cerca de um mês um trabalho de acompanhamento, pondo lá aves de sentinela e podemos garantir que não temos nenhum caso, quer na unidade, quer no país” garantiu, recentemente, o director nacional de Desenvolvimento da Pecuária, Américo da Conceição.

“Iremos declarar o país livre da gripe aviária daqui a dois meses, se não tivermos focos da doença” frisou.

O controlo do recente foco da doença resultou do sacrifício de cerca de 45 mil poedeiras, destruição de 7360 dúzias de ovos e incineração de 47 toneladas de ração pertencentes ao operador privado onde o foco foi descoberto.

Refira-se Moçambique consome anualmente cerca de 100 milhões de dúzias de ovos e a capacidade instalada



para a produção é de apenas 30 milhões.

Para a incubação, dados recentes indicam que 40% dos ovos que movimentam este sector industrial é resultado de importações e a falta de unidades de produção de poedeiras para produzir ovos de consumo, faz com que o país dependa totalmente de importação deste tipo de aves.

Refira-se que actualmente continua interdita a importação de frangos e produtos avícolas da África do Sul, país que continua a lutar para controlar o surto da Influenza Aviária, detectado no ano passado.

Theileriose mata mais de 900 bovinos na província de Manica

Pouco mais de 900 bovinos morreram nos últimos três anos na província de Manica, Centro do país, vítimas de theileriose, uma doença que tende a ser comum naquela região.

O último surto foi descoberto nos finais do ano passado nos distritos de Manica, Sussundenga e Bárue, tendo gerado pânico entre os criadores, devido ao nível de letalidade.

As mortes foram confirmadas nesta segunda-feira pelo director nacional de Desenvolvimento da Pecuária, Américo da Conceição.

Trata-se de uma doença que ocorre mais nas regiões fronteiriças com o vizinho Zimbabwe e cuja incidência na província obrigou ao reforço de medidas para estancar os focos.

Refira-se que Theileriose é uma parasitose com elevado potencial de mortalidade nos animais, com destaque para os bovinos.

“

Iremos declarar o país livre da gripe aviária daqui a dois meses, se não tivermos focos da doença

45

MIL POEDEIRAS

Abatidas no último surto em Inhambane

USAID e SDC fecham parceria para impulsionar agricultura no Corredor de Nacala

A Agência norte-americana de Desenvolvimento Internacional (USAID) e a sua congénere de Desenvolvimento e Cooperação da Suíça (SDC) assinaram um acordo de parceria visando promover acções para impulsionar a agricultura e o agronegócio na região Norte do país.



Chibuto procura investimentos para processamento de ananás

O governo de Chibuto, na província de Gaza está a procura de investidores para a implantação da indústria de processamento de ananás, uma fruta que está a registar um elevado nível de produção no distrito.

Para a presente campanha, o distrito espera comercializar mais de cinco mil toneladas, que tem nos postos administrativos de Changanine, Alto Changane e Godide, os maiores pontos de produção.

De acordo com as autoridades daquela província, a instalação de uma unidade de processamento da fruta é essencial para acrescentar valor na cadeia de produção daquela fruta e evitar desperdícios, devido a maior oferta e menor procura no mercado.



USAID e SDC parceiros no desenvolvimento da agricultura

Segundo um comunicado de imprensa distribuído pela Embaixada americana em Maputo, o acordo consiste na fusão do projecto Feed the Future (FtF) Premier, implementado pela USAID e Oholo, da SDC, e vai desenvolver acções com a finalidade de apoiar os agricultores do Corredor de Nacala e as pequenas empresas do sector agrário, a aumentar os rendimentos.

Com duração até 2027, a parceria vai investir pouco mais de 32 milhões de dólares para financiar acções que, do lado das pequenas empresas, vão permitir que tenham mais “competências e os recursos necessários para vender fertilizantes e sementes”.

De acordo com a nota, o acordo vai ainda alocar fundos para investir

na melhoria do marketing para ajudar os agricultores e os proprietários de empresas a fazer a transição da agricultura de subsistência para um sistema baseado no mercado.

“A actividade apoia o papel do sector privado no aumento dos rendimentos dos agricultores, criando mercados, disponibilizando as infraestruturas necessárias e incentivando os agricultores locais a adoptarem práticas agrícolas modernas” explica o comunicado.

“Ao impulsionar a agricultura baseada no mercado, esta parceria irá aumentar os rendimentos e o emprego, particularmente para os jovens e as mulheres no norte de Moçambique afectado pelo conflito armado”, disse a administradora adjunta da USAID, Isobel Colman, citada pelo comunicado.

Cabo Delgado divulga plano para culturas de rendimento



Algodão. uma das culturas de bandeira de Cabo Delgado

O Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado anunciou, recentemente, as apostas da província na campanha agrícola em curso para produtos como algodão, gergelim e soja.

Trata-se de culturas de rendimento que têm estado a melhorar a vida dos produtores nos últimos anos, devido ao preço atractivo que

o mercado oferece.

De acordo com dados oficiais, para a cultura de algodão, a província prevê produzir 3.500 toneladas, um esforço que actualmente envolve 20 mil produtores para uma área de 10 hectares, nos distritos de Namuno, Balama, Chiúre e Ancuabe.

Por outro lado, para o gergelim a projecção aponta para 16.444 tone-

ladas, enquanto que para a cultura de soja são esperadas 5.060 toneladas.

Refira-se que a saída da empresa Plexos no mercado de algodão na província de Cabo Delgado, tem estado a desanimar os produtores que até o ano passado alegavam terem sido lesadas devido às dívidas não pagas.

Moçambique sob alerta laranja

O Conselho de Ministros activou, a 27 de Fevereiro corrente, o alerta laranja institucional em todo o território nacional, devido a época chuvosa e ciclónica que entra agora na fase habitualmente mais severa. A decisão foi tomada na 5ª sessão ordinária do órgão que, em comunicado de imprensa, justifica a decisão com base na “avaliação da situação e perspectivas da época chuvosa” no ano em curso.

Enquanto isso, o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) alerta para a formação de um novo sistema de baixas pressões na região nordeste da Ilha de Madagáscar, nesta zona da bacia do Oceano Índico, que poderá evoluir para tempestade tropical moderada no dia 04 de Março.

Trata-se de um fenómeno que, segundo o INAM, para já “ainda não constitui perigo para o canal de Moçambique, bem como a parte continental do nosso país”.

Vítimas do terrorismo recebem apoios para relançar produção agrícola

Mais de 700 mil quilogramas de sementes melhoradas foram distribuídos, recentemente, a centenas de famílias afectadas pelo terrorismo em quatro distritos de Cabo Delgado.

De acordo com dados do Serviço Provincial de Actividades Económicas de Cabo Delgado são no total 738.578 quilos distribuídos a mais de 44 mil famílias que regressaram às suas aldeias de origem nos distritos de Macomia, Mocímboa da Praia, Palma e Quissanga, numa acção que tem como objectivo, apoiar o seu engajamento e na produção agrícola.

De acordo com o Director Provincial de Actividades Económicas, Daniel Agostinho, que falava nesta segunda-feira, em Pemba, o grupo alvo beneficiou, também, de mais de 60 mil unidades de instrumentos de produção, com destaques para enxadas, catanas e limas.

Três empresas chinesas acusadas de crime ambiental no sector mineiro

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Integridade Pública (CIP) denuncia o que classifica de crimes ambientais praticados por três empresas chinesas que operam no sector de extração mineira.

O estudo, cujos resultados foram apresentados a público nesta quarta-feira (28), visa as empresas Dingsheng Minerals, que opera no distrito de Chibuto, província de Gaza, África Great Wall Mining Development Company Ltd, com actividades na Zambézia, cobrindo os distritos de Inhassunge e Nicoadala, e Haiyu (Mozambique) Mining Co. Lda, com operações em Angoche, na prpvíncia de Nampula, ambas na mineração de areias pesadas, acusando-as de crimes ambientais que vão desde a destruição de *habitats* sensíveis até a poluição ambiental, gerando graves impactos para as comunidades.

PUB



“Contrariando as expectativas das empresas extractivas de catapultar o desenvolvimento local, notou-se, em alguns casos, que houve redução da qualidade de vida de algumas comunidades, devido à perda

de meios de subsistência, como a terra para a prática da agricultura, e à dificuldade para o acesso a água, lenha, material de construção, entre outras situações” aponta o estudo.

Nossos Serviços na Área de Construção

Oferecemos uma diversa gama de opções aos nossos clientes

CONTACTE-NOS NA:

1 Litchie Road, Vintonia, Nelspruit, Mpumalanga

Ou através do email:

sales@rotundaplanthire.co.za

Tel: +72 (82) 966 1652

Tel: +27 (83) 577 6398



Oleaginosas terão preço de referência

Governo considera o estabelecimento de preço mínimo como essencial para estimular os produtores e impulsionar a cadeia de valor da soja, gergelim e girassol, que se considera terem potencial para dar novo ímpeto à balança comercial.

Moçambique terá, em breve, um mecanismo de fixação do preço mínimo de referência para a comercialização das oleaginosas, nomeadamente, soja, gergelim e girassol, que tem como objectivo final, estimular a produção e a produtividade destas culturas, bem como aproveitar a demanda do mercado global.

De acordo com fontes oficiais, a produção de oleaginosas no país têm vindo a registar um crescimento assinalável nos últimos anos, estando a ganhar uma preponderância, quer em termos de níveis de produção, consumo interno e exportação, com potencial de serem das principais commodities nacionais.

Com o estabelecimento do preço de referência tal como acontece com o algodão e a castanha do caju, o governo, através do Instituto de Amêndoas e Oleaginosas de Moçambique (IAOM) pretende criar condições para dar outra dinâmica ao sector de produção e a respectiva cadeia de valor destas culturas que, apesar de estarem a registar crescimento, continua aquém das potencialidades que o país possui.

“Esta questão é essencial uma vez que o preço da matéria prima das oleaginosas em grão é um factor-chave para incentivar os produtores, substituir as importações de óleo alimentar e ração e tornar o produto nacional mais competitivo no mercado internacional” indica um documento oficial que e Revista Terra teve acesso.

Para materializar o objectivo pretendido, o IAOM encomendou à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) um estudo que fornece um conjunto de opções do que pode ser a fórmula para a fixação de preços, que deverá ajudar na tomada de decisão.

O estudo apresenta três opções de fórmula que tem como base, o preço de exportação, a paridade das importações e o custo de produção, tendo como exemplos, os mecanismos adoptados, por exemplo, no Brasil e na Índia.

De forma resumida, os consultores do estudo referem que as opções apontadas devem ser consideradas, em função do que o executivo pretende com o mecanismo de preços de referência.

“Se o objectivo principal for o aumento das exportações ou a substituição das importações, então fará mais sentido usar fórmulas que se baseiem nos preços internacionais. Por outro lado, se o objectivo for garantir um nível de incentivo mínimo aos produtores, poderá fazer mais sentido usar a fórmula que se baseia nos custos de produção” refere o estudo.

Para além deste aspecto, a consultoria chama atenção para um segundo aspecto que considera como chave na tomada das decisões para o assunto.

“Em alguns casos, as fórmulas por si só poderão não ser suficientes e poderão ser necessárias políticas complementares para que estas fórmulas satisfaçam simultaneamente a necessidades dos produtores e da indústria doméstica”, salienta.

O estudo está neste momento na fase de socialização e busca de pareceres ao nível do sector privado e sociedade civil, um passo que vai anteceder a análise e aprovação pelo Conselho de Ministros.



www.revistaterra.co.mz



Revista Terra

Rua da Resistencia n.º 1642, 3º Andar, Porta
M Telef.: +258842399758, +258847344482
e +258821233910

Email: redacao@revistaterra.co.mz